



**Escola Nacional de
Administração Pública**

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA OS MUNICÍPIOS
MINERADORES DA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS:
TRANSFORMAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: ESTUDO DE
CASO E PROJETO DE INTERVENÇÃO (PI) NO MUNICÍPIO DE
ORIXIMINÁ-PA**

Autor: Janison Cohen Paranatinga

Graduando em: Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável

Período: 2018/2019

Email: janilsonparanatinga@gmail.com

Instituição de Ensino: Escola Nacional de Administração Pública

Local(ais) de estágio:

Orientador: Leonardo Mello

RESUMO

A exploração mineral se constitui como importante atividade no município de Oriximiná-Pa, uma vez que envolve processos naturais, econômicos, políticos e sociais; é permeada de diversos interesses por conta dos diferentes atores sociais entrelaçados (governo, empresas, sociedade civil), os quais possuem percepções diversificadas acerca dos aspectos positivos e/ou negativos ocasionados por esta exploração de minérios. Este trabalho visa abordar sobre a gestão municipal na ótica da sustentabilidade econômica, tendo como soluções alternativas para o problema da dependência financeira dos recursos provenientes das atividades mineradoras da empresa Mineração Rio do Norte.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Exploração mineral; Dependência financeira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. PROBLEMA	6
3. JUSTIFICATIVA	10
4. OBJETIVOS	19
4.1 Objetivo geral	19
4.2 Objetivos específicos	19
5. REVISÃO DE LITERATURA	20
6. METODOLOGIA	21
7. CRONOGRAMA	24
8. RECURSOS NECESSÁRIOS	26
9. RESULTADOS ESPERADOS	27
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS, lançado em 23 de novembro de 2011, pelo Ministério de Meio Ambiente, toda atividade econômica gera algum tipo de impacto ambiental. Mas tanto a produção quanto o consumo são indispensáveis para satisfazer as necessidades humanas. Estes se tornaram um problema muito recente na história humana, com o crescimento populacional em conformidade com os avanços científicos e tecnológicos que se seguiram à Revolução Industrial.

Foi ampliada a capacidade dos seres humanos extraírem em maiores quantidades a matéria-prima, até mesmo em áreas do globo antes inacessíveis, possibilitando, com isso, a produção de milhares de compostos químicos sintéticos, perigosos à saúde humana e resistentes aos processos naturais de degradação.

O problema da produção e do consumo realizados em bases não sustentáveis é simples de ser entendido: não se pode extrair mais recursos naturais do que a natureza é capaz de repor quando se trata de recursos renováveis e, não se pode extrair indefinidamente recursos finitos, não renováveis. Além disso, apesar dos avanços tecnológicos, a extração crescente de recursos não-renováveis (minérios e petróleo, por exemplo) para atender a demanda crescente da população global que, uma vez consumidos, não podem ser renovados, pelo menos durante determinado tempo.

Por essa razão, é extremamente importante que todos tenham consciência de que é preciso usar os recursos naturais de forma racional e sustentável, para que se evite danos às gerações futuras. Por outro lado, a mineração é uma atividade econômica essencial, sendo, mesmo, de interesse público, produzindo bens primários, que irão suprir as mais variadas atividades econômicas, desde a agricultura até indústrias de tecnologia de ponta.

O Brasil detém um enorme patrimônio mineral, sendo um dos maiores produtores e exportadores de minérios do mundo. Produz 72 substâncias minerais, das quais 23 são metálicos, 45 não metálicos e, 4 energéticas. O minério de ferro lidera a produção mineral brasileira, vindo logo em seguida os agregados para construção civil (areia, brita, cascalho e cimento). A bauxita ocupa a terceira posição

de recursos naturais em volume produzido no Brasil, com cerca de 37 milhões de toneladas anuais em 2015 (IBRAM, 2015; ABAL, 2017).

Em 2016, as substâncias da classe dos metálicos responderam por cerca de 77% do valor total da produção mineral brasileira comercializada. Dentre essas substâncias, 08 se destacam por corresponderem a 98,6% do valor da produção comercializada da classe, quais sejam: alumínio, cobre, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel e ouro. O valor da produção comercializada dessas 08 substâncias totalizou 71,9 bilhões de reais, com destaque para a expressiva participação do ferro nesse montante, cuja produção é concentrada, principalmente, nos estados de Minas Gerais e Pará (DNPM, 2018).

A respeito da mineração no Norte do país, segundo informações do Sindicato das Indústrias e Minerais do Estado do Pará (SIMINERAL), o setor minerador tem sido um dos principais motores de crescimento da Região Norte, especialmente no Pará, onde se encontram as duas maiores jazidas da região: a de Oriximiná, que lavra bauxita, com maior parte da produção destinada à exportação; e a de Serra dos Carajás, que aparece como uma das maiores do planeta e produz o minério de ferro mais puro do mundo. Localizada, no sudeste do estado, Carajás concentra, ainda, uma diversidade de minerais, são eles: manganês, cobre, bauxita, ouro, níquel, estanho e outros.

Em 2018, 88% das exportações do Pará correspondiam às Indústrias de Mineração e Transformação Mineral. O ferro continua sendo o principal produto exportado pela indústria de mineração do Pará, representando US\$ 9,196 bilhões, seguido por cobre, com US\$ 2,064 Bilhões, manganês, US\$ 276 Milhões, bauxita, níquel, caulim, ouro, silício. Até 2024 a indústria mineral pretende investir R\$ 22,013 bilhões no Pará, outros R\$ 18,863 bilhões serão investidos em infraestrutura, transformação mineral e outros negócios, como a produção de biodiesel. Em números, gera 266 mil empregos diretos e indiretos na cadeia produtiva local e responde por 20% do PIB paraense, (SIMINERAL,2019).

Segundo dados da Associação Brasileira do Alumínio (ABL), o estado do Pará concentra 91% da produção de bauxita para fins de uso metálico no Brasil. As principais empresas que atuam na mineração de bauxita no Brasil, para fins de usos metálicos estão representadas na Figura abaixo, tendo a Mineração Rio do Norte (MRN), entre as empresas do ramo, com a maior volume de produção do Brasil.

Figura 1: empresas de mineração de bauxita.

Empresa	Volume - 2015 (milhões tpa, base úmida)	%	Localização
MRN – Mineração Rio do Norte S.A.	17,82	48	Trombetas (PA)
Mineração Paragominas S.A. (Hydro)	10,06	27	Paragominas (PA)
Alcoa Alumínio S.A.	5,73	15	Jurutí (PA) e Poços de Caldas (MG)
Companhia Brasileira de Alumínio -CBA	2,12	6	Itamarati**, Cataguases e Mirafé (MG)
Outros *	1,33	4	
Total	37,06	100	

(*) Hindalco, Mineração Curimbaba, Bauminas Mineração, Mineração Santo Expedito e Mineração Varginha;

(**) Encerrou a produção em 2015.

Fonte: Anuário ABAL – edição 2015

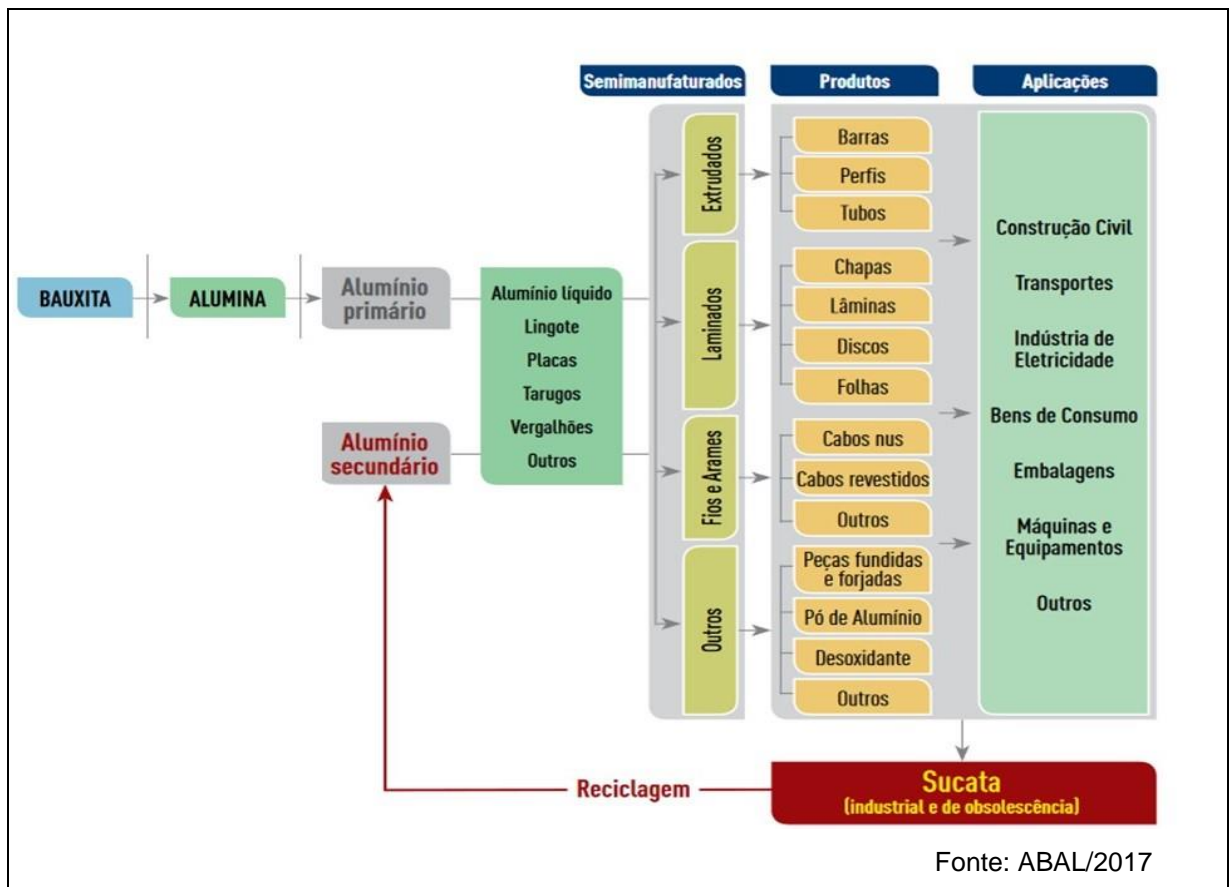
No entanto, a atividade extrativa mineral, de larga escala, impacta sobremaneira a vida dos municípios que têm a mineração na base de sua organização político-financeira e social. Tal fato decorre das próprias características técnico-econômicas do setor, das quais se destacam a rigidez locacional e a exauribilidade das jazidas (HERRMANN, 2000).

Sob uma possível perspectiva econômica para Oriximiná, no setor mineral, seria à verticalização da bauxita, sendo uma grande oportunidade para a produção de alumínio, assim como, vem sendo fomentado pelo governo estadual ao minério de ferro, que conforme foi divulgado pela AGÊNCIA PARÁ em 24/05/2019 da assinatura pelo governador Helder Barbalho do protocolo de intenções para implantação da primeira planta de verticalização no município de Marabá na região sudeste do Pará.

A verticalização prevê o investimento na implantação da usina de laminação de aço de US\$ 450 milhões, equivalente a cerca de R\$ 1,5 bilhão, tendo como parceiros as empresas Vale e China Communication Construction Company (CCCC), controladora da brasileira Concremat. Porém, essa perspectiva ainda não é possível, por não haver empresas interessadas e nem qualquer política do governo Estadual no fomento da cadeia produtiva do setor na região.

Portanto, caso houvesse um despertar de interesse na verticalização, destacar-se-ia o minério da bauxita como o primeiro elo da cadeia produtiva da indústria de alumínio, com enorme variedade de produtos a serem comercializados, conforme ilustrado na Figura 2. Ela é a base para a verticalização das atividades industriais de produção de alumina, alumínio e produtos semimanufaturados e acabados como: lingotes de extrusão, lingotes de laminação, ligas de fundição, fios e arames, obtendo barras, perfis, tubos, chapas, lâminas, peças injetadas, cabos e outros.

Fifura 2: cadeia produtiva da bauxita.



Sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, os municípios mineradores devem ter em vista a perspectiva da intrageração (minimização dos impactos negativos sobre o meio ambiente e o aumento do bem-estar social) e a perspectiva intergeração (investimento em geração de riqueza alterativa para o futuro) (CARVALHO, 2011).

O tema sobre o encerramento do projeto Trombetas com o fechamento das atividades da empresa Mineração Rio do Norte, é algo bastante debatido entre munícipes de Oriximiná, principalmente entre as instituições/organizações civis, porém não existe qualquer tipo de política pública preocupada ou instituída pelo poder público local pensando no futuro desse problema ou de soluções a curto/longo prazo.

2. PROBLEMA

A atividade mineral pode proporcionar um impulso à arrecadação municipal permitindo que seja prestado um serviço público de qualidade à população e uma fonte de financiamento do desenvolvimento local. No entanto, há que se ter a consciência de que, do mesmo modo que as reservas minerais são exauríveis, a tributação mineral também encontrara um prazo final. Conhecer o grau de dependência da arrecadação municipal às receitas provenientes da exploração mineral é uma necessidade para os municípios mineradores, que devem acompanhar as reservas e a produção do bem e se preparar para a temporalidade e a flutuação da arrecadação (CARVALHO, 2011).

O projeto de intervenção visa propor medidas para o desenvolvimento local e sustentável aos moldes da agenda 2030, com a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em especial atenção ao objetivo 8 que versa sobre o Trabalho Decente e Crescimento Econômico, tendo entre suas metas a de melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental.

A principal atividade econômica do município de Oriximiná é indústria extrativa mineral, a qual representa a 96% da balança comercial, correspondendo um total US\$ 242,06 milhões em exportação no ano 2018, dados do Ministério da Economia, estando concentrada principalmente nos setores da indústria a qual representa 38,3% do PIB e de serviços que soma em 31,4% do PIB (IBGE, 2015). A indústria e os serviços são impulsionados pela presença da empresa Mineração Rio do Norte – MRN, que está localizada no Distrito de Porto Trombetas, atuando há 40 anos no município.

O projeto Trombetas, teve início com a descoberta das jazidas de bauxita pela empresa transnacional Aluminium Company of Canada - ALCAN, em 1971. Isto a motivou a implantar ali um grande projeto minerador. Porém, por causa da divergência com as diretrizes brasileiras em relação ao projeto, que não concordava com o fato da empresa se constituir apenas por capital estrangeiro, e atendendo interesses políticos globais da empresa transnacional paralisou-se o projeto no ano seguinte

(SANTOS, B., 1983 apud WANDERLEY, 2006, p.28).

Em 1975 reabriram-se as negociações em relação à bauxita do Trombetas resultando na criação da empresa Mineração Rio do Norte. Esta se constituiu pela coligação entre oito empresas sob comando da estatal brasileira CVRD e da transnacional ALCAN, no formato joint-venture. Isto é, uma empresa formada pela associação de capital nacional, público e/ou privado, e estrangeiro. A distribuição acionária inicial da mineradora contou com CVRD (42%), a empresa privada brasileira Companhia Brasileira de Alumínio/Grupo Votorantin (10%) e com o grupo de seis empresas estrangeiras, ALCAN (19%), Mineração do Xingu – subsidiária de empresas holandesas (5%), a norte americana Reynolds (5%); a norueguesa Norsk Hydro (5%) e a Alumina Espanhola (5%) (SANTOS, B., 1983; COELHO & MONTEIRO, 2003 apud WANDERLEY, 2006, p.28). Apesar da CVRD, na ocasião estatal brasileira, ser a maior acionista, a maior parte do capital encontrava-se dividido com as outras empresas, todas grandes consumidoras de bauxita. Além da criação da MRN ficou decidido no acordo, ainda que de forma preliminar, a viabilização da implantação de uma fábrica de alumina para transformar a bauxita do Trombetas (PINTO, 1977 apud WANDERLEY, 2006, p.28).

Para Wanderley (2006), é importante lembrar que na região do Trombetas houve tentativas por parte da Aluminium Company of America (ALCOA) e do Grupo Ludwig/Mineradora Santa Patrícia/JARI de instalar outro projeto de extração mineral e de uma indústria de transformação, próximas à MRN. Além destas, a central Elétrica do Norte do Brasil - ELETRONORTE cobijou a construção de uma usina hidroelétrica nas cachoeiras de Pancada e Cachoeira Porteira, com objetivo de fornecer energia para o pólo regional de bauxita-alumina que ali se planejava. Contudo, nenhum dos projetos teve prosseguimento, mas deixariam marcas no espaço e nos territórios negros especificamente.

O projeto de extração de bauxita em Oriximiná faz parte da estratégia de atores nacionais e internacionais, cujo objetivo era solucionar o problema de suprimento do mercado de bauxita e alumínio em crise, devido ao fechamento da indústria de alumínio japonesa por consequência da crise do petróleo (BUNKER, 2000). Com intuito de atender a demanda externa, construiu-se no Pará e Maranhão o complexo de Bauxita-Alumínio. Este, além da empresa de extração MRN, se compõe por mais três indústrias de transformação: Alumínio do Norte do Brasil (Alunorte), Alumínio do

Brasil (Albrás) e Alumínio do Maranhão (Alumar), localizadas no pólo metalúrgico de Barcarena-PA na foz do rio Tocantins e na cidade de São Luís-MA. Junto com a usina hidroelétrica de Tucuruí, que abastece de maneira subsidiada as indústrias de alumínio, esses objetos formaram no espaço geográfico amazônico um corredor de exportação. O curso corresponde a: mina - área de extração de bauxita da MRN em Oriximiná; hidrovia – composta pelos rios Trombetas e Amazonas; Albrás/Alunorte/Alumar – indústrias transformadores em Barcarena e São Luís; e Porto (vide mapa 2). Contudo, o curso pode ser alterado, por exemplo, com a exportação direta do minério bruto de Trombetas para os comprados nos países centrais (WANDERLEY,2006).

Por outro lado, o empreendimento minerador do Trombetas representa o primeiro grande projeto de desenvolvimento concretizado pelo Estado brasileiro na Amazônia. Formulada no interior do II PNB¹, essa política pública do governo militar impôs ao município de Oriximiná, por seu potencial em recursos minerais, sediar um dos polos de desenvolvimento regional. Pretendia-se com isso criar no Baixo Amazonas uma estrutura atrativa para a entrada de novas empresas, desencadeando um crescimento econômico orgânico e sustentável. No entanto, segundo pesquisa realizada por Trindade (2001) o resultado obtido com a introdução da MRN não foi o esperado pelos militares. A integração da empresa mineradora com a economia tradicional e a atração de novos empreendimentos de grande porte para região vem sendo discreta (WANDERLEY,2006).

Importância da Mineração Rio Norte no sentido econômico para o município de Oriximiná é imensurável, pelos cálculos da empresa, contando com aprovação das novas minas nos municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná, demonstradas na figura 3, ainda há bauxita a ser extraída até por volta de 2046, tendo a empresa um planejamento de controlar o impacto ambiental causado por essa extração.

¹ O **II Plano Nacional de Desenvolvimento**, também chamado II PND (1975 -1979), por determinação constitucional havia uma obrigação de todo novo governo lançar um plano nacional de desenvolvimento (podemos fazer uma analogia com o nosso atual Plano Plurianual - PPA), foi um plano econômico brasileiro, lançado no final de 1974. Foi instituído durante o governo do general Ernesto Geisel e tinha como finalidade estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia.

Figura 3: Mapa das Minas

A FONTE DA MATÉRIA-PRIMA

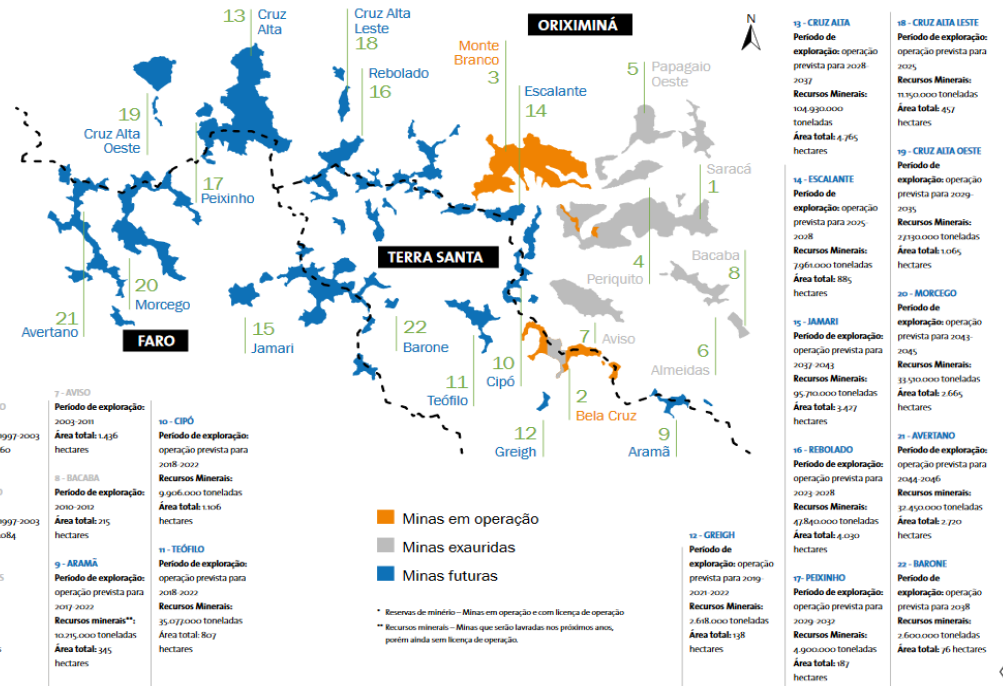
[64-65]

A MRN concentra suas operações para extrair e beneficiar a bauxita em Oriximiná, o segundo maior município do Pará (102.602,99 km² de área) e 4^o no ranking nacional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Oriximiná também abriga o distrito industrial de Porto Trombetas, onde a MRN mantém as instalações necessárias ao beneficiamento da bauxita, o porto por meio do qual a bauxita é carregada em navios e uma vila residencial.

O MAPA DAS MINAS

Atualmente, a MRN opera em três minas: Saracá, Bela Cruz e Monte Branco. Elas estão localizadas nos municípios de Oriximiná e Terra Santa. São conectadas à Vila de Porto Trombetas por meio de uma rodovia. Com extensão de 28 quilômetros, a Estrada de Ferro Trombetas é utilizada para transportar a bauxita até a área industrial.

A empresa também detém direitos de lavra nos municípios de Terra Santa e Faro, no Pará e, em Nhamundá, no Amazonas.



Fonte: MRN/2015

Todavia, segundo dados do Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa, a MRN tem um Plano de Encerramento das Atividades, que prevê até 2024 as jazidas que atualmente estão em operação e as novas minas a serem abertas, em que nesse aspecto, a MRN vem atualizando, a cada dois anos, um plano de fechamento concebido originalmente em 2005.

Ainda segundo a MRN, este planejamento dá conta de todas as atividades necessárias ao atendimento de todos os compromissos ambientais e sociais decorrentes do encerramento das atividades de mineração. O plano de fechamento considera dois cenários. O primeiro inclui a desmobilização das atividades da empresa, com o aproveitamento das infraestruturas de apoio construídas pela MRN, como a Vila de Porto Trombetas e as estradas de acesso à Floresta Nacional Saracá-Taquera. O segundo cenário é o descomissionamento total de todas as estruturas e o reflorestamento. Estes dois cenários consideram a totalidade das operações da MRN. O provisionamento financeiro para o encerramento das operações possuía, em 31/12/2015, o valor de R\$ R\$ 223.089.519,79.

3. JUSTIFICATIVA

A Mineração Rio do Norte (MRN) é uma das maiores produtoras brasileiras de bauxita, matéria-prima do alumínio, constituída por uma sociedade de empresas nacionais e estrangeiras (VALE, ALCOA, HYDRO, CBA, RIO TINTO e SOUTH 32). Desde 1979, opera na região da Amazônia, no oeste do estado do Pará, com extração, beneficiamento e comercialização de bauxita. Suas instalações estão localizadas no distrito de Porto Trombetas, no município de Oriximiná, possuindo uma capacidade de produção instalada de 18,1 milhões de toneladas de bauxita ao ano.

Somente em 2018, a empresa obteve o lucro operacional em R\$ 464,3 milhões, com uma receita líquida que totalizou R\$ 1,52 bilhões, na variação de 14,8 milhões de toneladas de bauxita em volume de vendas, segundo informações do Relatório de Administração da MRN/2019, desse total foi recolhido em 2018 aos cofres públicos, em impostos, taxas e contribuições – excluindo retenções na fonte, o valor montante de R\$ 236,8 milhões, assim distribuídos na Figura 4.

Figura 4: Impostos, taxas e contribuições

	Unidade	2018
ICMS	R\$ milhões	17,2
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	R\$ milhões	46,3
PIS e COFINS	R\$ milhões	23,4
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	R\$ milhões	54,7
Contribuições previdenciárias	R\$ milhões	54,4
Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais - TFRM	R\$ milhões	23,6
Taxa de Fiscalização de Recursos Hídricos - TFRH	R\$ milhões	14,7
Outros impostos, taxas e contribuições	R\$ milhões	2,5
Total Impostos, taxas e contribuições	R\$ milhões	236,8

Fonte: MRN/2019

Na arrecadação municipal, as rendas provenientes e ou relacionadas da atividade mineral, representaram em 2018 cerca 41% nas receitas correntes

vinculadas, tendo como por exemplo: o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), o Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) e a Compensação Financeira sobre a Exploração Mineral (CFEM), que juntas somaram aproximadamente a R\$ 89.086.056,66, dados presentes na tabela abaixo:

Tabela 1: Principais Receitas - Oriximiná

Item	2015	2016	2017	2018
Receitas Correntes	184.838.549,11	198.459.804,92	194.561.672,15	216.878.626,65
Receita Tributária	15.387.701,51	17.299.362,21	20.929.786,26	23.661.325,16
CFEM	16.472.302,36	18.561.353,17	13.823.699,35	15.608.068,77
IPTU	380.622,98	376.349,80	402.971,39	475.892,54
IPTU (Juros/Multa/Divida Ativa)				123.650,67
IRRF	2.258.955,93	1.589.743,10	890.225,97	2.402.641,90
ITBI	94.485,61	93.179,38	58.034,66	48.487,54
ITBI (Juros/Multa/Divida Ativa)				5.523,26
ISS	12.258.620,08	14.855.612,55	19.192.405,95	19.236.428,64
ISS (Juros/Multa/Divida Ativa)				508.548,90
Taxas - Poder de Polícia	201.532,54	214.062,06	246.488,64	290.567,08
Taxas - Prestação de Serviços	193.484,37	170.415,22	139.659,65	412.244,01
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	392.147,88	262.393,61	321.300,12	157.340,62
FPM	23.674.033,12	27.295.361,38	26.276.564,62	27.975.266,57
ITR	12.063,62	14.760,83	15.252,38	16.664,18
ICMS	40.619.068,50	42.951.873,96	47.404.917,01	54.241.559,25
IPVA	1.050.984,45	1.045.909,06	1.093.310,39	964.461,51

Fonte: Portal da Transparência - Prefeitura Municipal de Oriximiná – PA.

Oriximiná é um município brasileiro do estado do Pará, o segundo maior no estado, possui uma área de 107.603 km² em extensão territorial, tem uma população de 62.794 habitantes (IBGE/2010), com estimativa de 73.096 em 2019, está localizado à margem esquerda do rio Trombetas, afluente do rio Amazonas.

O município abriga o maior mosaico de áreas protegidas do mundo que incluem 12,8 milhões de hectares de unidades de conservação estaduais, 1,3 milhão de hectares de unidades de conservação federais, 7,2 milhões de hectares de Terras Indígenas, abrigando os povos indígenas desmembrados em 18 etnias e os remanescentes de quilombos divididos em 33 comunidades, além dos ribeirinhos que utilizam do rio e da floresta como meio de subsistência, fazendo do município um

espaço estratégico para a extensão da aplicação dos saberes em prol do Desenvolvimento Sustentável (ORIXIMINÁ, 2018).

Segundo dados do Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), o município de Oriximiná é um dos quatorze municípios de melhor desempenho do Produto Interno Bruto - PIB do Estado do Pará, ocupando a 10ª posição no ranking dos municípios com maior PIB per capita do Pará e 1.425ª no Brasil (ver figura 5).

ORIXIMINÁ NO ESTADO DO PARÁ

1º	Vitória do Xingu	69540,08
2º	Canaã dos Carajás	67238,81
3º	Parauapebas	64395,75
4º	Barcarena	42290,57
5º	Tucuruí	39984,10
...		
8º	Jacareacanga	26873,15
9º	Xinguara	26768,53
10º	Oriximiná	25866,74

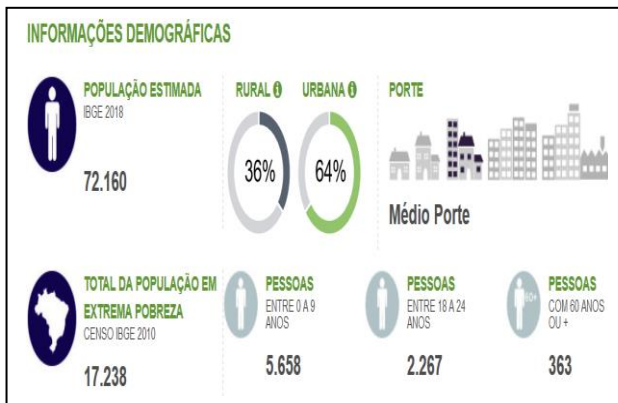
NO BRASIL

1º	Paulínia - SP	314637,69
2º	Selvíria - MS	306138,63
3º	São Francisco do Conde - BA	296459,35
4º	Triunfo - RS	289932,05
5º	Brejo Alegre - SP	274572,12
...		
1423º	Passo do Sobrado - RS	25919,90
1424º	Itapeva - SP	25871,65
1425º	Oriximiná - PA	25866,74

Fonte: IBGE/2016.

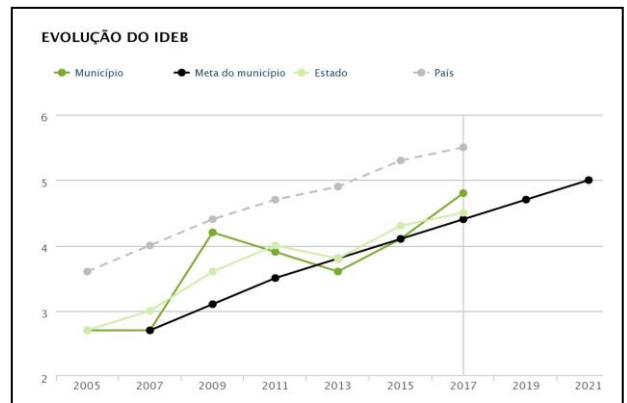
No entanto, Oriximiná, aparentemente um município rico, apresenta quase ¼ um quarto da população em situação de extrema pobreza, além de índices abaixo da média nacional em relação à educação básica, apesar de estar um pouco acima com 4.8 da meta estabelecida para ano de 2019 que é 4.7, (ver figura 6 e 7), o que sugere analisar uma possível ineficácia na gestão dos recursos financeiros na aplicação das políticas públicas voltadas para melhoria das situações sociais e econômicas dos munícipes.

Figura 6.



Fonte: MDS/IBGE/2010.

Figura 7.



Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (2017).

Em Oriximiná, grande parcela da população não possui rendimento fixo ou trabalha no setor informal, muitos residem na área rural cerca de 36%, conforme demonstra a figura 6, vivendo principalmente em comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e assentamentos, das mais diversas regiões: rios, lagos, igarapés, várzea, terra firme e planalto, o que ocasiona uma difícil determinação monetária da economia.

Segundo dados da FAPESPA, a renda da população atualmente vem aumentando, porém ainda está muito abaixo da renda média do Pará. Menos de 2,84% da população recebe mais de cinco salários mínimos e 64,63% dos trabalhadores recebem no máximo até 2 salários mínimos.

Os setores que mais empregam, com exceção da Administração Pública, são a indústria mineral, a indústria de transformação (que grande parte está relacionada a de mineral), os serviços (com baixa empregabilidade, mas que também absorve uma boa parcela da atividade mineral), assim como o comércio, a construção civil e a agropecuária, que de forma direta ou indireta, também atendem a atividade mineral, ver figura 8.

Figura 8: Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 2014-2015.

SETOR DE ATIVIDADE	2014	2015
Extrativa Mineral	1.431	1.448
Indústria de Transformação	1.572	1.552
Serviços Indust Utilidade Pública	70	48
Construção Civil	122	509
Comércio	941	933
Serviços	1.099	1.061
Administração Pública	2.284	2.208
Agropecuária	132	115
Outros / Ignorados	-	-
TOTAL	7.651	7.874

Fonte: MTE/RAIS

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

De acordo os dados da empresa no Relatório Anual de Sustentabilidade, em 2015, mais de 87% dos empregados da MRN eram oriundos do Pará. Deste universo de trabalhadores paraenses, 77% foram provenientes dos municípios de Oriximiná, Terra Santa, Faro, Óbidos, Juruti e Santarém, municípios da região Oeste do Pará, localizadas no torno do projeto. Do total de trabalhadores, somente a empresa MRN, empregou 1.449 funcionários, divididos em 1.424 efetivos próprios e 25 ingressantes do programa Jovem Aprendiz, além de 2.963 empregados das empresas terceirizadas, prestadoras de serviços para a MRN, provendo um total de 4.412 empregos diretos na atividade mineral, o que veio representar 56% do estoque de emprego do município de Oriximiná.

No município, além da exploração da atividade dos recursos minerais, e das demais atividades demonstradas na figura 8, destacam-se também outras atividades econômicas locais, com grandes potencialidades de Desenvolvimento Econômico de forma Sustentável, tais como: o extrativismo vegetal da madeira, cadeia produtiva da cultura extrativista da castanha do pará, agricultura, pecuária, pesca, turismo e outros de menor potencial, mas de relevância como: fruticultura, hortaliças, coleta de sementes, e o cultivo de plantas/ervas medicinais.

O extrativismo vegetal da madeira, aparece como um importante fator econômico para região de Oriximiná, visto a grandeza do território com 96,82% de suas áreas destinadas a Unidades de Conservação (UC). As UC asseguram o uso sustentável dos recursos naturais e ainda propiciam às comunidades envolvidas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior ou entorno.

As Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos: Unidades de Uso Sustentável e Áreas de Proteção Integral. O conjunto de unidades de conservação

federal, estadual, municipal e particular, distribuído em doze categorias de manejo, constitui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Cada uma dessas categorias se diferencia quanto à forma de proteção e usos permitidos (ORIXIMINÁ, 2018).

A primeira impressão que temos da dessa atividade é devastação com a derrubada das árvores nativas da floresta. No entanto, há um grande esforço dos órgãos de controle e fiscalização para o uso consciente desse bem, passando os projetos/planos de manejo por rigorosas etapas nos processos de aprovação. Quanto ao valor econômico da extração da madeira, segundo dados do IBGE/2017, foi de R\$ 1.050.000,00, com produção de 25.000m³ de madeira em lenha e de R\$ 32.209.000,00, com produção de 82.187m³ de madeira em tora, ficando em 5º lugar no ranking dos municípios paraenses.

A cadeia produtiva da cultura extrativista da castanha do Pará, já teve seu apogeu no contexto histórico, político e econômico no município de Oriximiná, conforme descreveu Paranatinga, 2011, no Trabalho de Conclusão de Curso, com tema: A Família Guerreiro e as Relações de Poder em Oriximiná – (1935-1963). Atualmente a cultura extrativista da castanha ainda tem forte importância na economia do município, de acordo dados do Ministério da Economia é um dos maiores exportadores do Brasil com um valor FOB² de US\$ 9,93 milhões em 2018, representando 4,1% da balança comercial do município, e em volume de produção é o primeiro no ranking do Estado do Pará com 885 toneladas produzidas em 2017 (IBGE).

A Agricultura é uma atividade pouco desenvolvida no município, no qual dados do Plano de Saneamento de Oriximiná relatam. Pela condição precária, na sua maioria, causada devido a fatores como: as enchentes sazonais; as plantas daninhas e animais selvagens; a falta de recursos e o escasso conhecimento de técnicas agrícolas, a grande maioria da população rural tem seu sustento advindo principalmente do extrativismo e da agricultura de subsistência. A comercialização do

² **FOB**, sigla que identifica uma expressão em inglês Free On Board, que significa "Livre a bordo", é uma das normas estabelecidas pelo *Incoterms (International Commercial Terms)* e está relacionado com a troca comercial de uma determinada mercadoria. Nesta modalidade de frete, o destinatário (a parte que compra) se responsabiliza pelos custos e riscos do transporte da mercadoria que está sendo importada. A responsabilidade do vendedor termina quando a mercadoria é entregue à transportadora ou despachante.

excedente da produção é realizada na sede do município e o pouco faturamento, cobre apenas as necessidades básicas do agricultor e sua família.

No entanto, entre os principais produtos das lavouras temporárias, se revelam dados relevantes o do cultivo da Mandioca e da venda seus derivados como: as raízes, farinha, maniva, tapioca, tucupi, tendo farinha de mesa consumida internamente pela população, e também, exportada para os outros estados como o do Amazonas. Ao certo, não se sabe a quantidade de empregos gerados pela atividade, mas da renda provenientes da produção cultivada, que de acordo com dados do IBGE, foi de 192.000 toneladas em 2017, ficando em 3º lugar no ranking dos municípios do Pará, com valor R\$ 67.200.000,00.

A Pecuária, em Oriximiná, tem como a maior parte da atividade relacionada a criação do rebanho bovino, com destaque às marcas nelore e holandês, destinados principalmente ao corte e subsistência local, mas há também uma grande parte destinadas à venda ao Estado do Amazonas de animais em pé, porém sem dados do que isso representa para economia municipal.

De acordo com dados do IBGE, Oriximiná possui 148.328 cabeça do rebanho bovino. A atividade pecuarista requer a abertura de grandes áreas nas florestas para plantio de pastos, promovendo a degradação ambiental. O Programa Territórios Sustentáveis (financiado pela MRN), em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura de Oriximiná, está desenvolvendo um modelo piloto de Pecuária voltado ao desenvolvimento sustentável, que visa propor melhorias no manejo das fazendas para aumentar a produtividade, recuperar áreas degradadas, conservar a floresta e os cursos de água, observando o bem-estar dos funcionários e dos animais.

No que condiz a Pesca, o município de Oriximiná está inserido na Região Hidrográfica Amazônica, é servido pela rede hidrográfica do rio Trombetas, que corre em grande parte, em áreas cristalinas e apresenta uma densidade de drenagem considerável, formando em todos eles, uma série de cachoeiras e corredeiras. São afluentes do rio Trombetas os rios: Turuna, Inambu ou Cachorro e o Mapuera, pela margem direita; pela margem esquerda: o rio Cuminá ou Parú do Oeste ou Erepecuru, é constituída também por 117 igarapés, sendo quatro os principais, Jatuarana, Chuvisco, Caraná e Sumbal, além dos lagos Sapucú e Iripixí. (ORIXIMINÁ, 2018).

Diante dessas informações, nem se precisa definir seu potencial hídrico, porém a pesca é uma atividade minimamente desenvolvida na região, mas que produziu um

significativo resultado no pescado do Tambaqui com 5.300 kg em 2017 (IBGE), que é somente de um peixe dentre um universo de espécimes dos rios amazônicos.

Pensando nesse potencial a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), inaugurou no em 03 de agosto de 2019, uma fábrica de ração em Oriximiná como parte da Estação Aquícola do município (ESAQUOR), que é um projeto interinstitucional com participação da bancada paraense na Câmara dos Deputados, da Prefeitura de Oriximiná e parceria com a empresa Mineração Rio do Norte (MRN). A fábrica produzirá formulações enriquecidas com insumos regionais visando a diminuição de custos de produção do pescado e permitirá produzir ração abaixo do preço de mercado.

No que concerne ao Turismo, Oriximiná é chamada carinhosamente de “Princesa do Trombetas”, apresenta um considerável potencial turístico. Com uma população bastante receptiva e uma diversidade natural e cultural particular, exhibe diversos atrativos turísticos naturais e culturais. Alguns desses atrativos, já recebem fluxos de visitantes, porém a maior parte desses visitantes são Oriximinaenses ou residentes dos municípios e regiões próximas. A localização na região do baixo Amazonas e o fato do rio Trombetas e seus afluentes margearem a cidade lhe confere uma forte propensão para o ecoturismo e o turismo em áreas naturais (FROESE, 2009 apud ORIXIMINÁ, 2018).

Nos últimos anos, têm-se observado um crescimento da atividade turística em Oriximiná. As belezas naturais do lugar, como as praias de rios, revoadas de pássaros raros, vegetação exuberante, santuários ecológicos, cachoeiras em profusão, lagos, igarapés, encantos mágicos dos botos, aventura de pesca, lugares paradisíacos, e também as áreas de conservação, dentre as quais se destaca a Reserva Biológica do Trombetas (ORIXIMINÁ, 2018).

Além de belezas e paisagens naturais, as manifestações religiosas também atraem turistas e visitantes, principalmente no mês de agosto, quando é realizada a festa maior, do padroeiro da cidade, o Círio de Santo Antônio. O Círio é um evento de caráter religioso considerado como o único círio fluvial noturno do mundo. Mesmo com todo o potencial que Oriximiná apresenta, o turismo não é uma atividade intensamente explorada, pois devido a extensão territorial, o acesso a alguns lugares se torna oneroso e pouco rentável (ORIXIMINÁ, 2018).

O governo municipal pensando nos aspectos de potencializar o turismo local,

estabeleceu uma seção inteira no Plano Diretor Municipal, dispondo com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento do turismo no município. Ficaram estabelecidas sete diretrizes eixos, entre essas a revisão da lei de criação do Conselho e do Fundo Municipal de Turismo, e elaboração do Plano Municipal de Turismo.

Sem dúvida a implementação do presente projeto de intervenção, vai poder trazer e aprofundar as análises das atividades que poderão gerar empregos e renda em torno dos produtos e que podem ser potencializadas como fatores de Desenvolvimento Econômico de forma Sustentável para Oriximiná.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

O presente projeto tem objetivo diagnosticar o grau de dependência da economia de Oriximiná à atividade econômica da extração da bauxita. Tal estudo enseja também a mobilização de atores como: governo, empresas e sociedade civil, para que como um todo se sensibilize às característica passageira da mineração, assim, a vir promover políticas de fomento a diversificação da economia local.

4.2 Objetivos específicos

- 4.2.1 Elaborar estudo sobre experiências municipais com atividades extrativistas;
- 4.2.2 Identificar as potencialidades econômicas;
- 4.2.3 Mobilizar atores e formular estratégias;
- 4.2.4 Definir as atividades prioritárias para o governo;
- 4.2.5 Propor a criação de fórum

5. REVISÃO DE LITERATURA

Trataremos neste projeto o viés do Desenvolvimento e Sustentabilidade, os quais possuem aspectos amplamente multidimensionais. No entanto, não se pretende neste trabalho fazer uma discussão teórica aos temas acima relacionados, e sim buscar o enfoque das experiências e análises de estudos bem-sucedidas no desenvolvimento local, como uma alternativa para o município de Oriximiná, assim, inicialmente partiremos da literatura produzida pelos órgãos governamentais e de autores como: Carvalho (2011); Simões (2010); Herrman (2000).

6. METODOLOGIA

A metodologia, dar-se-á inicialmente, á pesquisa bibliográfica, a partir de autores que tratam sobre o debate dos impactos socioeconômicos e socioambientais da exploração mineral no Brasil, e de temas relacionados ao desenvolvimento sustentável dos municípios brasileiros, bem como consulta de documentos e dados (relatórios, legislação e outros) que versam sobre as finanças municipais e desenvolvimento local.

A natureza metodológica da pesquisa será um estudo de caso com foco ao projeto de intervenção, num enfoque qualitativo e quantitativo e de natureza explanatória e descritiva por meio da análise documental, primárias e secundárias.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados serão sites oficiais que fornecem informações detalhadas sobre economia, finanças, demografia, geografia, indicadores sociais de distribuição de renda, pobreza, educação, e segurança pública para estados, municípios em áreas mínimas comparáveis e regiões administrativas, que poderão contribuir significativamente para a descrição do território e posterior proposição ao projeto de intervenção.

Dados populacionais e de qualidade de vida, no site do IBGE, dados sobre finanças públicas como junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), bem como junto Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA) órgão estadual de estatística.

Para implememtação do PI, seguiremos os estudos do PNUD no Atlas: **Mapeando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração**, que tem como principais objetivos à necessidade de compreensão de como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável se inter-relacionam com a mineração; de sensibilização sobre as “oportunidades e desafios” que os ODS “representam para a indústria da mineração e da contribuição para o “diálogo e colaboração multiparticipativos”.

No Atlas constam recomendações sobre a implementação de ações no campo econômico, várias delas relacionadas, direta ou indiretamente, a propostas de diversificação econômica nos municípios onde são executados empreendimentos minerários (PNUD, 2017).

Como foi colocado inicialmente no capítulo do problema, selecionamos abordar no PI o ODS 8 que abrange a temática da diversificação econômica. No que diz respeito ao ODS 8, as mineradoras têm o potencial, por meio de ações relacionadas diretamente ao *core business* (negócio central das empresas), de implementar iniciativas para impulsionar a diversificação econômica. Em conjunto com os governos, comunidades, instituições e organizações sociais, as empresas podem empreender trabalhos com câmaras de comércio locais, instituições financeiras, ONGs; estabelecer incubadoras de empresas e conectar os fornecedores locais com mercados externos (PNUD, 2017).

Almejaremos também analisar os aspectos sobre a atividade mineral em um estudo sobre os desafios da diversificação econômica no município de Itabira – MG, na literatura de Ana Maria B. M. da Cunha Gilse Barbosa Guedes, como um modelo a seguir para o município de Oriximiná, na qual descrevem que: “No início dos anos 1990, os riscos de esgotamento do minério em Itabira vieram novamente à tona com o anúncio de que as reservas localizadas na cidade teriam uma vida útil de mais 35 anos” (GUIMARÃES e MILANEZ, 2017 apud CUNHA e GUEDES, 2017).

Diante deste cenário, foi instituído o projeto Itabira 2025 que contou com a participação da Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Itabira (ACITA), sindicatos, organizações sociais e prefeitura para estruturar alternativas econômicas para a etapa de encerramento da atuação da Vale na cidade (GUIMARÃES e MILANEZ, 2017 apud CUNHA e GUEDES, 2017)

Também foi criada a Agência de Desenvolvimento de Itabira (ADI) para incentivar o intercâmbio de experiências de gestão entre empresas e instituições. A ADI estruturou o Fundo de Desenvolvimento Econômico de Itabira (FUNDESI) para apoiar financeiramente iniciativas de diversificação econômica com recursos da CFEM sob a supervisão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itabira (CODECON), CUNHA e GUEDES, 2017).

Ao criar o FUNDESI, Itabira entrou para um seleto grupo de municípios mineradores do País que passou a debater alternativas de diversificação econômica com uma legislação específica detalhando o uso da CFEM para um plano de desenvolvimento (ENRÍQUEZ, 2007; GUIMARÃES e MILANEZ, 2017 apud CUNHA e GUEDES, 2017).

Para darmos conta das propostas apontadas nos objetivos específicos deste PI, como: Mobilizar atores e formular estratégias; Definir as atividades prioritárias para o governo; Identificar as potencialidades econômicas, iremos sugerir ao governo municipal a criação de Fórum de Desenvolvimento Econômico e Sustentável aos moldes da agenda 2030, o qual o modelo é parte integrante, anexo o presente PI.

7. Cronograma

Etapas	Atividades	Meses					
		1	2	3	4	5	6
Etapa I		set	out	nov	dez	jan	fev
	Definir as atividades prioritárias para o governo	X					
	Identificar as potencialidades econômicas		X				
Etapa II							
	Elaborar estudo sobre experiências municipais com atividades extrativistas			X			
	Mobilizar atores e formular estratégias					X	
Etapa III							
	Propor a criação de forum						X

a. Papéis e responsabilidades

Nome	Papel	Responsabilidades
Antônio Odinélio Tavares da Silva	Gestor/ Financiador	Exercer o controle e autorizar as fazes decorrente do PI;
José Ubirajara Tavares da Silva	Gestor/ Financiador	Coordenar e supervisionar a elaboração dos Planos e dos objetivos do PI, assim como a liberação da disponibilidade orçamentárias e desembolsos financeiros, quando necessários;
Janilson Cohen Paranatinga	Idealizador/ Coordenador Geral	Coordenar, organizar as etapas de elaboração e execução dos objetivos e metas do PI.

b. Equipe do Projeto

Nome	Papel	Cargo / Função	Telefone(s)	E-mail
José Ubirajara Tavares da Silva	Gestor	Secretário de Finanças	(92) 98104-9306	biratssilva@hotmail.com
Janilson Cohen Paranatinga	Coordenador Geral	Assessor Especial de Gabinete	(93) 99111-8661	janilsonparanatinga@gmail.com

Jonaso José dos Passos Dias	Coordenador	Especialista em Educação	(93)99107-8585	jonasodias72@hotmail.com
Tatiane Coelho Mazzoni	Apoio	Diretora de Planejamento	(93)99206-3322	semplan.pmo@oriximina.pa.gov.br
Lourenço Pontes Batista Filho	Colaborador	Agente de Desenvolvimento	(93)99177-2323	Lourenço_adm@hotmail.com

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

Para execução das finalidades previstas no PI, serão necessários recursos humanos, financeiros e de materiais como:

- a) Recursos humanos: servidores do quadro da administração municipal (Secretarias de Administração, Planejamento, Finanças e Meio Ambiente)
- b) Recursos financeiros e de materiais: disponibilidade orçamentaria/financeira, visto eventuais despesas como locomoção, transporte, aquisição de bens e serviços e de materiais.

Recurso	Descrição
Material de expediente	Canetas, lápis, papel, clips, adesivos, suprimentos de informáticas e outros
Bens e equipamentos	Retroprojetores, computadores, impressoras, mesas, cadeiras
Serviços	Reprográficos e gráficos,

9. RESULTADOS ESPERADOS

Melhorar progressivamente a eficiência dos recursos e das potencialidades econômicas de produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, assim como realizar políticas de fomento à diversificação da economia local.

Desta forma, para que passamos colocar em prática o presente projeto de intervenção de Desenvolvimento Econômico Sustentável para Oriximiná, desassociado da dependência dos impostos vinculados a atividade mineral, exigirá mobilização, engajamento e articulação entre os diversos atores-chave da sociedade, sejam eles de governos, empresas e sociedade civil, assim colocar em prática não será tarefa fácil, pois exigirá apoio principalmente da gestão municipal, como fomentadora para os objetivos comuns de Desenvolvimento. Porém, torna-se urgente pensar e planejar ações que possibilitem qualidade de vida para as futuras gerações.

10. REFERÊNCIAS

ABAL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMINIO. **Relatório:** Bauxita no Brasil - Mineração Responsável e Competitividade. São Paulo, 2017.

AGÊNCIAPARÁ, **Governo garante que, agora, verticalização mineral será concretizada.** Disponível: <https://agenciapara.com.br/noticia/12905/> [capturado em 15 de setembro de 2019].

BRASIL, DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro:** Principais Substâncias Metálicas. Brasília - DF, 2018.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).** Brasília-DF. 2011.

BRASIL, MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatório de Programas e Ações**(v.2017).ORIXIMINÁ(PA).
disponível: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php#>. [capturado em 02 de setembro de 2019].

BRASIL, Ministério da Economia. PA: **Exportação, Importação e Saldo por Municípios.** Disponível:<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipio?municipio=1505304> [capturado em 01 de setembro de 2019].

CARVALHO, C. G. Mineração e desenvolvimento: *políticas para os municípios mineradores.* 2011. 74f. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia Mineral) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

CUNHA, A. M. B. M., GUEDES, G. B. **Mineração e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS):** o desafio da diversificação econômica em Itabira(MG). Rio de Janeiro: CETEM/MCTIC, 2017. (Série Estudos e Documentos, 94).

FAPESPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatísticas Municipais Paraenses: Oriximiná.** Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. Belém, 2016.

HERRMANN, H. A mineração sob a óptica legal. In: LINS, F. A. F., LOUREIRO, F. E. V. L., ALBUQUERQUE, G. A. S. Cavalcanti (Org.). **Brasil 500 anos:** a construção do Brasil e da América Latina pela mineração. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2000. p. 165-178.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Extração vegetal e Silvicultura** - ano 2017.
disponível:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/oriximina/pesquisa/16/12705>. [capturado em 04 de setembro de 2019].

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Produto Interno Bruto** [online].

Disponível: [https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/oriximina/pesquisa/38/47001?tipo=ranging](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/oriximina/pesquisa/38/47001?tipo=ranking). [capturado em 02 de setembro de 2019].

IBRAM. INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Informações da Economia Mineral Brasileira**. Brasília-DF, 2015.

MRN, MINERAÇÃO RIO DO NORTE. **Relatório anual de Sustentabilidade – GRI 2015**. Porto Trombetas – PA. 2015.

MRN, MINERAÇÃO RIO DO NORTE. **Relatório de Administração 2018**. Porto Trombetas – PA. 2019.

ORIXIMINÁ. **Lei nº 9.105, de 24 de junho de 2017**. Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal Participativo, que define o sistema e o processo de planejamento e a gestão do desenvolvimento sustentável de Oriximiná, Estado do Pará, substitutivo à Lei Municipal nº 6.924/2006 e determina outras providências. Oriximiná – Pa, 2017.

ORIXIMINÁ. **Lei nº 9.205, de 13 de junho de 2018**. Aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Oriximiná – Pa, 2018.

PARANATINGA, Janilson Cohen. *A Família Guerreiro e as Relações de Poder em Oriximiná – (1935-1963)*, 2011. **Monografia** (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Núcleo Universitário de Oriximiná, 2011.

PNUD. Atlas: **Mapeando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração**. Brasil, 2016.

QEDU, Resultados e metas. **Oriximiná: Ideb 2017** [online].

Disponível: <https://www.qedu.org.br/cidade/3376-oriximina/ideb>. [capturado em 04 de setembro de 2019].

SANTOS, Daniel; VERÍSSIMO, Adalberto; SOZINHO, Thiago. **Calha Norte Sustentável: Situação Atual e Perspectivas**. Belém, 2013.

SIMINERAL. **SINDICATO DAS INDUSTRIAS MINERAIS DO ESTADO DO PARÁ**. Mineração no Pará, Brasil e Mundo [online].

Disponível: <http://simineral.org.br/mineracao/mineracao-para> [capturado em 01 de setembro de 2019].

SIMÕES, Helena Cristina Guimaraes Queiroz. Mineração: perspectiva de sustentabilidade a partir do Direito Ambiental. *Revista Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas Macapá*, n. 2, p. 127-138, 2010.

UFOPA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Notícias** - Fábrica de ração para peixes em Oriximiná permitirá produção enriquecida com frutos regionais. Disponível: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/fabrica-de-racao-para-peixes-em-oriximina-permitira-producao-enriquecida-com-frutos-regionais/>

[capturado em 06 de setembro de 2019].

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Rio de Janeiro: **Território Invadido: As lutas e os conflitos nas terras dos negros do Trombetas-PA**, 2006. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 2006.

Anexo - I

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGENDA 2030 NO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Fórum de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030 no Município de Oriximiná, como instrumento de planejamento na construção de uma sociedade sustentável, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica com objetivo de facilitar e integrar as ações necessárias ao desenvolvimento de Oriximiná de forma participativa.

Art. 2º Para a execução do disposto no artigo anterior, o Fórum deverá elaborar e aprovar internamente seu Regimento, nos termos legais, cuja validade se dará por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, devidamente publicado no Diário Oficial do Município - DOM.

Parágrafo Único - O Regimento Interno citado no caput deste artigo estabelecerá normas de organização e funcionamento do Fórum.

Art. 3º O Fórum reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I - conscientização de valores éticos;
- II - autonomia;
- III - responsabilidade social e ambiental;
- IV - transparência;
- V - intersetorialidade e interinstitucionalidade;
- VI - transversalidade;
- VII - compromisso com as gerações futuras;
- VIII - participação popular;
- IX - colaboração com o Poder Público;
- X - multidimensionalidade e multidisciplinaridade;
- XI - sustentabilidade.

Art. 4º Compete ao Fórum de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030 de Oriximiná.

- I - conduzir o processo de construção de uma agenda local de Desenvolvimento Econômico e Sustentável com base aos preceitos da Agenda 2030, e sua implementação, avaliação e revisão;
- II - buscar o desenvolvimento local, integrado e sustentável, de modo permanente,

participativo, descentralizado e multisetorial.

III - garantir representação, legitimidade e participação da sociedade em todas as etapas do processo;

IV - elaborar e organizar o diagnóstico do município nos seus vários aspectos: social, econômico, educacional, cultural e dos ambientes natural e construído;

V - identificar, selecionar e disponibilizar os indicadores apropriados para os problemas identificados, que sirvam para supervisionar, de forma sistemática, a situação das comunidades locais.

VI - elaborar um plano de ação estratégico e operacional para orientar suas atividades;

VII - produzir relatórios sobre as potencialidades e vulnerabilidades do município, com uso dos indicadores de sustentabilidade, que mostrem as tendências em termos da qualidade do desenvolvimento e avaliem os resultados quantitativos alcançados com as ações implementadas;

VIII - viabilizar recursos financeiros, humanos e materiais necessários ao alcance dos objetivos do Fórum;

IX - harmonizar recursos financeiros, humanos e materiais necessários ao alcance dos objetivos do Fórum;

X - fornecer subsídios aos poderes executivo, legislativo e judiciários e aos demais entes governamentais e não governamentais atuantes no município para a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sustentável;

XI - aprovar seu regimento interno e elaborar e aprovar instruções normativas.

Art. 5º O Fórum de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030 de Oriximiná, possui caráter consultivo em relação às políticas e deliberativo em relação às ações decorrentes do programa da Agenda 2030 Local.

Parágrafo Único - O Fórum terá gestão e composição de caráter paritário e tetrapartite, sendo composto por representantes dos seguintes setores da sociedade; a partir de lista de nomes enviada ao Prefeito Municipal, após ampla e democrática escolha feita por de cada seguimento, cabendo ao Prefeito a decisão ou não dos nomes.

I - sociedade civil não organizada:

Parágrafo Único - A categoria sociedade civil não organizada é composta pelos representantes das regiões comunitárias do município de Oriximiná, que compartilham afinidades, além das questões geográficas, o perfil sócio- econômico, interesses, problemas e história, cujas lideranças serão identificadas por cidadãos atuantes nos bairros, escolas, associações de bairro, comunidade rurais, pastorais, igrejas, profissionais da saúde familiar, entre outros e que manifestem interesse formal de representação no Fórum.

II - sociedade civil organizada;

Parágrafo Único - A categoria sociedade civil organizada é constituída pelos movimentos sociais representativos do município, como grupos formalmente constituídos, que participam ativa e claramente do processo de construção da identidade local, interagindo entre si e com outros grupos locais que manifestem interesse formal de representação no Fórum, tais como representantes de bairro, de gênero, orientação sexual, estudantes, professores, jovens, idosos, religiosos, desportistas, intelectuais, além das organizações não governamentais sem fins lucrativos.

III - iniciativa privada;

Parágrafo Único - A categoria iniciativa privada é constituída por quem desenvolve

atividade econômica organizada e suas respectivas entidades de classe, associações e sindicatos que manifestem interesse formal de representação no Fórum.

III - empresas.

Parágrafo Único - A categoria constituída por quem desenvolve atividade econômica organizada que manifestem interesse formal de representação no Fórum.

IV - poder público.

Parágrafo Único - A categoria poder público é constituída pelas instituições públicas, municipais, estaduais e federais, da Administração Pública Direta ou Indireta e seus órgãos de primeira instância e entidades de classe (associações e sindicatos) que manifestem interesse formal de representação no Fórum

Art. 6º Os recursos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos do Fórum, serão oriundos de doações, repasse e dotações orçamentárias das diversas Secretarias e órgãos municipais, de acordo a disponibilidade do Município.

Art. 7º O prazo de vigência do Fórum de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030 de Oriximiná é indeterminado.

Art. 8º O Fórum poderá instituir grupos de trabalho temáticos, integrados por representantes de órgãos e entidades governamentais da administração federal, estadual e municipal e da sociedade civil.

Art. 9º O Fórum deverá, no prazo de 60 dias a contar da data de sua instalação, elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pelo Regimento Interno.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Oriximiná, de de 2019.

ANTÔNIO ODINÉLIO TAVARES DA SILVA
Prefeito Municipal de Oriximiná